

# ADVOCATUS<sup>®</sup> SUMMIT 2026

**DA JUSTIÇA À DEFESA:  
ADVOCATUS SUMMIT  
VOLTOU A REUNIR  
LÍDERES DO SETOR**

A Advocatus Summit regressou no passado dia 12 de maio para a sua 9.ª edição, consolidando o seu posicionamento como um dos principais fóruns de ligação entre a advocacia de negócios e os agentes empresariais em Portugal. O evento teve lugar no Salão Nobre da Ordem dos Advogados, inserido nas comemorações do centenário da instituição.

O evento deste ano integrou um conjunto alargado de *keynote speakers* e painéis de debate com alguns dos mais reconhecidos especialistas do setor jurídico e líderes empresariais. Entre os temas em análise teve a justiça administrativa, a defesa, a energia, o turismo, a inteligência artificial e a habitação.

FOTOGRAFIA HUGO AMARAL

Powered By



Teremora  
arião  
tura

CS'A



CUATRECASA

PL  
M

Sérvulo

Sérvulo & Associados  
Sociedade de

## GALAMBA DEFENDE REFORMA ENERGÉTICA E APONTA FALHAS NA EXECUÇÃO E NO LICENCIAMENTO COMO PRINCIPAIS ENTRAVES À TRANSIÇÃO

João Galamba, ex-secretário de Estado da Energia, abriu o painel “Energia: regras claras para um futuro em transição”, que contou com a participação de João Rosado Correia, sócio da Miranda & Associados, Pedro Silveira Borges, sócio da Sêrvulo & Associados, e Bruno Azevedo Rodrigues, da EY Law. A moderação ficou a cargo da editora do Capital Verde Ana Batalha Oliveira.

TEXTO FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA  
FOTOGRAFIA HUGO AMARAL

João Galamba - na 9ª edição do Advocatus Summit - traçou um diagnóstico abrangente sobre o estado da transição energética em Portugal, defendendo que o país dispõe atualmente de um quadro legislativo mais moderno e integrado, mas continua a enfrentar dificuldades sérias na sua aplicação prática.

O ex-secretário de Estado da Energia sublinhou que a existência de “regras claras” não garante, por si só, a concretização da transição energética, apontando sobretudo problemas de execução administrativa e de articulação institucional.

Galamba começou por enquadrar a reforma do setor elétrico de 2022 como um esforço de sistematização normativa, destinado a ultrapassar um modelo legislativo que descreveu como fragmentado e construído ao longo de anos de intervenções sucessivas e pouco coerentes entre si. Nesse sentido, defendeu que a revisão procurou integrar e simplificar um conjunto disperso de diplomas e regulamentos, alinhando o regime jurídico português com as diretivas europeias e com uma lógica mais coerente de funcionamento do setor.

Ainda assim, reconheceu que uma parte relevante desse regime continua, na prática, por aplicar, atribuindo esse facto

não apenas à complexidade das normas, mas também à incapacidade de algumas entidades administrativas assegurarem a sua execução.

Um dos pontos centrais da intervenção foi o licenciamento, identificado como o principal bloqueio à concretização de projetos energéticos. Galamba distinguiu, por um lado, o licenciamento ambiental, onde persistem dificuldades estruturais apesar das sucessivas alterações legislativas e do enquadramento europeu recente, e, por outro, o licenciamento municipal, que descreveu como particularmente problemático. Neste domínio, referiu a existência de obstáculos administrativos recorrentes ao nível local, bem como a

utilização dos planos diretores municipais como instrumento de bloqueio ou de negociação de contrapartidas, num contexto em que muitos destes instrumentos não foram atualizados para acomodar a expansão das energias renováveis.

A intervenção abordou também a crescente complexidade do quadro regulatório, destacando situações em que novos regimes jurídicos são criados em paralelo com regimes já existentes, sem uma articulação suficiente entre ambos. Como exemplo, apontou o regime da mobilidade elétrica, referindo que a sua lógica própria não se encontra plenamente integrada com o regime geral do setor elétrico, o que origina inconsistências e potenciais

ineficiências regulatórias, nomeadamente na produção local de energia.

Ao longo da sua intervenção, Galamba insistiu na ideia de que o problema central não reside tanto na ausência de legislação, mas na sua aplicação efetiva. Sustentou que Portugal tem produzido reformas ambiciosas, mas que estas esbarram frequentemente em dificuldades institucionais e administrativas, desde logo na capacidade das entidades competentes para assegurar uma execução consistente e eficaz das normas aprovadas.

VEJA AQUI  
O PAINEL DEDICADO  
À ENERGIA



“O direito europeu está a criar instrumentos cada vez mais fortes para acelerar estes processos, incluindo mecanismos de interesse público superior europeu e até soluções de arbitragem”

João Rosado Correia  
Sócio da Miranda Alliance



“Estamos constantemente a criar novos contributos extraordinários perante cada alteração geoestratégica. Isso faz um desfavor à economia portuguesa”

Pedro Silveira Borges  
Sócio da Sêrvulo



“O nosso regime processual foi extremamente generoso na tutela dos interesses difusos. Hoje praticamente qualquer pessoa pode recorrer aos tribunais e pedir a suspensão de um projeto”

Bruno Azevedo Rodrigues  
Sócio da EY Law